

ARTIGO

REMEMORANDO A HISTÓRIA DO BRASIL

Suzano de Aquino Guimarães *

“É mais fácil fazer, no Brasil, uma história do futuro que do passado”

(Pe. Antônio Vieira)

Assim como um brasileiro adulto qualquer, que reflete sobre sua vida, por ocasião do seu aniversário, por exemplo, e pergunta se há motivos pra uma comemoração, seria legítimo o próprio “Brasil” perguntar: minha Independência foi tão fictícia quanto aquela cena (D. Pedro I e seu “heróico grito” às margens do Rio Ipiranga) pintada num quadro do Américo? Ops! Acabo de rever uma propaganda do governo federal: “o Brasil que come, ajudando o Brasil que tem fome”. Então é verdade (que paradoxo!). É possível que haja uma ficção, um Brasil fictício, uma História fictícia. É verdade; há uma Brasil oficial e outro não-oficial. Isto já nos dizia Euclides da Cunha. E Canudos não foi só um “bando de revoltosos monarquistas”. Mas, o que foi então? Onde está escrita a verdadeira História? Será que vai passar no Jornal Oficial?

A concepção de História na Antiguidade e na Modernidade possui uma dupla dimensão: descendente ou ascendente e retrospectiva ou prospectiva, respectivamente. Qual dimensão traduz melhor o momento atual brasileiro?

Os gregos não tiveram um sentido preciso da História. Mas se admitirmos a História como “narrativa”, encontraremos nos escritos históricos em Homero e Hesíodo. O mundo grego vivia uma História cíclica, interpretada tanto de modo ascendente quanto descendente. E sempre sob um mesmo plano: o destino e a eternidade. Afora o caráter de uma “História pessoal” em Hesíodo, os gregos recorriam a Homero não apenas para buscar modelos poéticos, mas, sobretudo, paradigmas. O “Odisseu” seria o símbolo dos esforços humanos para retornar a uma natureza originária, a sua essencialidade - a pátria (antes fosse *frátria*, como numa canção de Caetano).

A universalidade da História viria com a “universalidade” de Roma (que adota a cultura grega como seu “pai espiritual”), mas, foi Giambattista Vico o primeiro a pensar esta universalidade. A articulação da História dos povos é resultado dos povos que se articulam. Vico pensa a História (sob influência grega das “idades do tempo” e do tempo cíclico) como gênese e desenvolvimento das instituições humanas; uma vez que “*para se conhecer realmente uma coisa é necessário tê-la feito*”. Já para os cristãos, que vivem neste mundo, mas, não para este mundo, o “fim” dos tempos é também o fim para o qual todos foram criados: a História é retilínea.

A *concepção descendente* não pode nos ajudar a entender nosso momento atual, uma vez que nunca tivemos uma “época de ouro”. E se considerarmos como época de ouro aquela em que as terras brasileiras eram ocupadas somente por nossa matriz indígena, teremos que definir primeiro “o que é ser brasileiro”. A *concepção ascendente*, também não ajuda muito, uma vez que teremos de definir “o que é época de ouro” para um nordestino, para um sulista, para um imigrante, para um afro-descendente, para um intelectual, para um jogador de futebol, para uma senhora idosa... para um brasileiro. Mas, o que é ser brasileiro então? E aqui a *concepção prospectiva* realiza uma *tradução* do nosso momento atual. Ainda somos “o país do futuro”; segundo aquela idéia de Stefan Zweig. Afinal, nas últimas eleições, ainda foi “*a esperança que venceu o medo*”. Antônio Conselheiro esperava por D. Sebastião (?!), JK esperava avançar cinquenta anos em cinco, a geração dos meus tios espera a próxima copa do mundo de futebol e parece que ainda há quem diga que vai ser feliz “quando Deus quiser”. A interpretação prospectiva (passível de ser uma “História do Futuro” marxista), contudo, não “*nos explica*” bem; uma vez que ainda não estamos nem na “pré-História”. Nosso capitalismo ainda está incompleto. E aquele boné do MST na cabeça do presidente Lula, nos lembra que nosso feudalismo não acabou (tivemos uma *Idade Média*?). Nos modernizamos sim, mas, sem desenvolvimento. E haja Celso Furtado pra explicar (!). Mas, a concepção prospectiva consegue explicar bem esse nosso “produto nacional”: o **positivismo eclético** (esse “apostolado da antiga travessa do Ouvidor No. 7 no Rio de Janeiro” que parecia usar aquele chavão “*samba do crioulo doido*” (expressão preconceituosa) como bandeira de um, por assim dizer, ecletismo “tupiniquim” ¹ (outra expressão?)); que nos deixou de herança esta mania de esperar, de saudade do futuro, de ordem e progresso, de “ame-o ou deixe-o”, de

lei de Gérson... de escutar na geração da minha avó: “aqui em casa não se desmente ninguém”. Este “otimismo positivista” ² brasileiro de que amanhã tudo vai melhorar é surpreendente. Surpreende tanto, que alguém já disse que o Brasil é surreal! E por falar em “nonsense”, o que há de comum entre Fukuyama e a nossa moeda “Real”? ³ É o “fim da História”. Para o primeiro, depois do neoliberalismo, “nada há de novo debaixo do sol”. E para a cédula do Real, não há mais um passado. Trocamos as pessoas pelos bichos. Trocamos os símbolos pela paisagem. Não há mais “cultura”. Há somente a “natureza e suas leis”. Entenda-se “capitalismo financeiro volátil e ele mesmo”. É isso mesmo. A concepção prospectiva moderna da História traduz nosso momento atual. Numa palavra: *sob o Império da Razão Cínica vivemos no pseudo-tempo-histórico do pós-tudo com direito à realismo mágico e algumas investigações analíticas deliberadamente fomentadas para a manutenção da “mediocridade pop”*. Nenhum texto hoje ousa ser escrito sem aspas. A tradução do momento atual, então, passa pela resposta àquela pergunta “o que é ser brasileiro?”. E aí não sei se respondo com Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Ailton Krenak, Clóvis Moura ou um “estrangeiro”. Ora, o que aconteceu aqui? Não foi a concepção prospectiva que “melhor” traduziu nosso momento, e sim, o olhar retrospectivo. Uma tradução não é bem feita simplesmente apresentando a palavra correspondente em outro idioma, mas, a palavra que corresponde melhor ao sentido do que está sendo dito.

A *concepção retrospectiva* moderna da História, entendida como “rememoração” ⁴, vai além da prospectiva porque é capaz de fazer o olhar prospectivo voltar-se sobre si mesmo e descobrir suas determinações. Esse olhar retrospectivo é mais crítico (radical) porque é capaz de dizer *o que é*; e não *o que deve ser*. Contudo, para Immanuel Kant, há uma proposta de *princípios* para a História. Princípios estes (aplicação de suas idéias à História) que *devem* reger a “vida social” e serem buscados, não na Razão Pura Teórica, mas, na Razão Pura Prática. Para Kant o “estado de natureza” foi abolido dentro das nações, mas, ainda continua entre elas. Deste modo, Kant propõe, não a queda das fronteiras, e sim, a formação de uma “corte internacional” para evitar guerras e promover a “paz perpétua”. Mas se não há um *povo internacional* como pode se legitimar um *governo internacional*? Ingerência, tutela, formalismo... A crítica a Kant se faz por ele não ter “lido” na História um sentido, um *telos*, uma Razão. Numa palavra, a lei *deve ser* obedecida por dever e não porque nos reconhecemos nela. Ora, numa rememoração, há um fio-de-Ariadne na História; que para o filósofo G. W. F. Hegel é “*a realização da Idéia de liberdade*”. Esta, para alguns ouvidos desavisados, pode parecer algo estranho; uma vez que predomina uma idéia de liberdade entendida, no dizer de A. Moraes, como uma “liberdade de latifúndio”: a minha acaba onde começa a sua. Esta é a herança de uma descolonização mal-sucedida. Ou, o que é pior, uma descolonização outorgada (assim como algumas de nossas constituições). Um povo não é desde logo um Estado. E o que há de pior para um povo é “receber” sua constituição (o que acha disso o povo iraquiano?).

A tarefa da filosofia consiste em explicitar o implícito, tornar imediato o mediato, “*voar somente no crepúsculo sobre a realidade e assim arrancar-lhe o conceito*”. É tornar manifesto o que está subentendido nos fatos, nas idéias ou nas palavras. Parafraseando Hegel, “o fato de que eu estou aqui na UFPE, digitando este texto, este presente imediato (que é o meu), é mediatizado pela viagem que fiz pra vir a UFPE etc”. Isoladamente os fatos nada significam. A realidade é simultânea e não pode ser demonstrada seqüencialmente. O filósofo da História se ocupa do passado somente enquanto este passado está (ainda) presente. Este é o presente enquanto “real efetivo”. E se “o verdadeiro é o todo”, só se traduz bem o momento atual brasileiro, como uma “virada de página” na História do Brasil (um presidente eleito e de origem popular), se a caneta que escreve esta História for de tinta dialética (entendida aqui como supressão ⁵); ou seja, que escreve na próxima página o momento histórico suprimido (que anula, conserva e eleva, ao mesmo tempo, o significado desse momento). Que escreve o “novo” no poder, mas, que já traz consigo suas contradições, sua decadência e (vejam só!) sua esperança. Este governo atual não é o Estado brasileiro (e isto não é uma denúncia, é distinção). Este, como resultado do processo de formação histórico-social, somente afirma-se enquanto reconhece e revive as determinações da liberdade que se encontram já em sua interioridade. A constituição da cidadania é algo inacabado, cabendo aos cidadãos atualizá-la constantemente. O Estado é um todo orgânico. E assim como “a razão governa o mundo”, o livro da História do Brasil está sendo escrito como um processo de supressão permanente. Qual o conceito do momento atual brasileiro? Arrisco dizer que é de uma “epoché” ⁶ petista. Suspenderam as teses sociais mais radicais para que o doente na UTI continue sendo tratado com os remédios da antiga equipe médica e para que um novo diagnóstico se realize (é o que nos diz o médico-ministro Palocci). Em linguagem hegeliana, “o espírito”, que é cultura, “se demora em cada um dos seus momentos”. E o movimento dialético é o motor do conceito. Nossa realidade efetiva é racional. E é *rememorando* que a traduzimos. Podemos descrevê-la sob várias determinações, mas, é na Filosofia da História que a “reconhecemos”.

O tempo da História é outro. Não é aquele nosso tempo cronológico. Para um chinês contemporâneo, por exemplo, os 200 e poucos anos da Revolução Francesa ainda não são suficientes, ainda é pouco tempo, para se fazer reflexão.

A propósito, quando foi mesmo a Independência do Brasil? Somente há liberdade verdadeira quando conquistada. E se a liberdade for “presenteada”, não há dignidade em vivê-la. As “astúcias da Razão” conduzem o “homem-histórico” ⁷ para a mudança dos rumos da História. É aí que encontramos a “data efetiva” de qualquer Independência. E a História (narrativa) acaba aqui. Aos 22 de Abril de 2005. Às 03:41 da madrugada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Presença, 1981.

GOMES, R. *Crítica da razão tupiniquim*. São Paulo: FTD, 1994.

HEGEL, G.W.F. *Lecciones sobre la Filosofia de la Historia Universal*. Madrid: Alianza Universidad, 1989.

HYPPOLITE, J. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Lisboa: Edições 70, 1988.

JAIME, J. *História da filosofia no Brasil* (4 vols.). Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

KANT, I. *Idéia de uma História Universal sob um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAIM, A. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo; USP, 1974.

RIBEIRO, R. J. *A Sociedade contra o Social : o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

ROSTOVITZ, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco.

¹ No Brasil, os traços do verbalismo e da pluralidade de temas acomodam-se a impaciência e ao medo de conflitos dos brasileiros. Aqui, o ecletismo é introduzido por Mont Alverne e surge como uma “filosofia da harmonia”. Esta solução filosófica apresentava características políticas importantes, como por exemplo, quando da abdicação de Pedro I até a maioria de Pedro II. Resume-se no dizer de Evaristo da Veiga, “queremos uma constituição, não uma revolução”. O ecletismo foi, para Clóvis Beviláquia, “*a filosofia que mais extensas e profundas raízes encontrou na alma brasileira*”. O primeiro movimento filosófico estruturado do Brasil, segundo Antônio Paim. E foi o espírito de uma época que não quer passar. A marca do *mito da imparcialidade* entre nós.

² O positivismo, principalmente de tipo comteano, é caracterizado pela confiança acrítica na estabilidade e no crescimento progressivo da ciência. O positivismo científico (dissidência do positivismo “puro” de cunho político-religioso) reivindica o primado da ciência no que diz respeito ao conhecimento humano: ciência, logo previsão; previsão, logo ação. O método das ciências naturais (identificação das leis causais e seu domínio sobre os fatos) e o primado desse método como instrumento cognoscitivo, afirma o positivismo, seria capaz de resolver, ao longo do tempo, todos os problemas. Mas a interpretação marxista vê no positivismo a ideologia da burguesia da segunda metade do século XIX. As concepções positivistas “divinizam” os fatos e acabam, ao contrário do que pretendem, por converterem-se em metafísicas igualmente dogmáticas. O positivismo é para si mesmo anacrônico. O Estado Positivo que era pra ser definitivo tornou-se, tão somente, mais um momento da “Filosofia da História”. A ausência do pensamento dialético faz do positivismo “um morador perdido em sua própria casa”.

³ RIBEIRO, R. J. *A Sociedade contra o Social : o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

⁴ Acompanhar o fio-condutor da História e traduzi-lo em conceito; uma vez que a existência daquele imanente àquela é tratar filosoficamente a História. Importa o *espírito* dos acontecimentos e não os acontecimentos propriamente ditos. O historiador não é passivo na sua concepção dos fatos. Ele traz as suas categorias consigo e vê o existente através delas. Pois quem vê o mundo racionalmente é racionalmente por ele visto: ambos se determinam entre si. A História não tem sua verdade num resultado final, mas, no todo do processo. E seu “fim último” é cognoscível, embora, nem sempre seja possível reconhecê-lo no particular.

⁵ A leitura do pensamento hegeliano é convite à inquietação de acompanhar o movimento do conceito em sua efetividade e momento. Contudo, neste mesmo movimento de apreensão da totalidade em sua dinâmica, percebemos então que somos a própria inquietude. Para Hegel, o conceito somente pode ser apreendido no movimento próprio e constitutivo de

si mesmo. Pois na realidade efetiva (*wirlichkeit*), nada há que não esteja em processo. No § 2º. da *Fenomenologia do Espírito* , Hegel usa a metáfora da flor que nega a realidade do botão, mas que o conserva na plenitude do fruto. A realidade, como sugeria Heráclito, é fluxo constante. E a dialética (*aufheben*) o supremo esforço conceitual da razão. Ora, somente concebemos um rio, por exemplo, se o consideramos em seu fluxo, e não considerando em separado todos os seus elementos. Ou ainda, seria desconcertante conceber um filme cinematográfico sem o movimento das imagens estáticas. Claro que estes são apenas exemplos. Sujeito e objeto, finito e infinito, ser e pensar devem ser vistos em sua unidade. O objeto da filosofia não é o abstrato, mas o real efetivo. A efetividade é o resultado que inclui seu processo mais o seu devir em sua totalidade. A proposição filosófica implica um conflito dialético; não pode ser uma fotografia. E a identidade do sujeito e do predicado não deve aniquilar sua diferença, mas, acentuá-la. É somente na tensão do arco e da lira (ou das cordas de um cavaquinho) que se consegue obter a “harmonia oculta” das melodias. Pensar dialeticamente com Hegel é provocar sempre uma *verbalização dos substantivos* e uma *substantivização dos verbos* . É compreender a simultaneidade imbricada no devir e favorecer sempre o *pensamento pensante*. O conceito hegeliano de *aufheben* (ou *aufhebung*) traduzido por P. Meneses como “suprassumir” (ou “suprassunção”) é um pensar em três momentos: universal, particular e singular. E não deve ser entendido como a famosa tríade (marxiana): tese, antítese e síntese. Uma vez que o pensar dialético hegeliano é simultâneo. O movimento do universal é negado e restringido pelo particular, o qual por sua vez é suprassumido no singular. Este é um “universal concreto”, em que a generalidade do primeiro universal se enriquece com as determinidades do segundo momento, alcançando realização autêntica, onde a unidade está enriquecida pelas diferenças e as diferenças reconduzidas à unidade. É, segundo Hegel, negar-conservar-elevar; descobrir o universal no particular e ambos no singular. E isso se estende à totalidade do real. Daí a necessidade do pensamento harmonizar-se com a “própria coisa”, de captar o ritmo do todo e o dinamismo da realidade em sua efetividade.

6 Conceito do método fenomenológico onde há uma suspensão do juízo em relação à existência do objeto investigado (atitude fenomenológica de “colocar entre parênteses”). Não é a sua negação, mas, a suspensão da afirmação. Redução ao fenômeno.

7 As “Astúcias da Razão” são movimentos que utilizam as paixões dos indivíduos para realizar seus fins universais. Contudo, há indivíduos que intuem a direção da História, fazem-na avançar (e aqui recordemos que a História, segundo Hegel, não é nenhum “passeio de Domingo num parque”, não é o lugar da felicidade). Por isso são chamados de “heróis” pelo povo do qual encarnam o espírito. Esses líderes são chamados, em linguagem hegeliana, de “Homens-Históricos” (podendo ser instituições, movimentos etc). Estes indivíduos não têm um conceito filosófico do querer fazer, mas, realizam (tanto ações interpretadas como boas quanto más). Conhecemos alguns pelo nome de Napoleão, Alexandre Magno e outros. No caso brasileiro, a Semana de Arte Moderna de 22. Neste sentido, devemos dizer que ***nada no mundo se fez sem paixão*** .